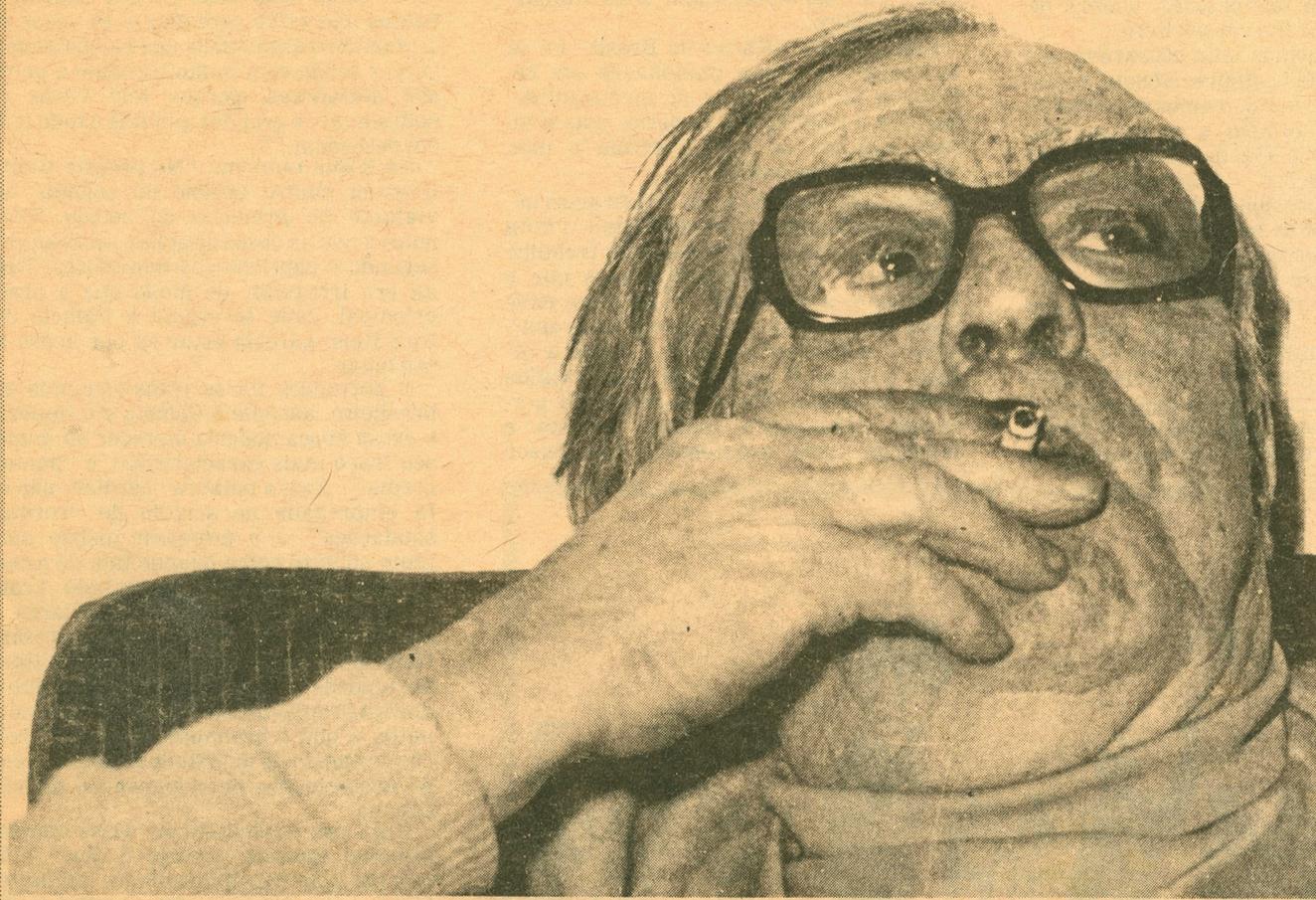


Que País é este?

por Jary Cardoso

Este País causa espanto desde os primeiros tempos de colonização. Por isso as notícias de hoje não surpreendem o velho historiador. Nem tiram seu bom humor. Ele prefere fazer ironias comparando o presente com o passado. E às vezes nos deixa a terrível sensação de que regredimos ao invés de evoluir. Durante muito tempo a nossa democracia já foi menos relativa do que hoje, mesmo quando a lei era mais absolutista. Como entender este País? Foi justamente esta questão que Sérgio Buarque de Holanda procurou responder nesta entrevista e quando escreveu um livro clássico da nossa historiografia: "Raízes do Brasil", publicado nas vésperas do Estado Novo, mas atual porque ainda não superamos nossas raízes.



— Professor Sérgio Buarque de Holanda, que país é este?

— É um País que pode se dar ao luxo, em pleno século XX, de restaurar o absolutismo, as capitânias, a inquisição e o banimento político dos cidadãos. Antes dessa Revolução, que se diz Redentora, houve outra Redentora que não banuiu ninguém. Ela mesma acabou banida, chamava-se Princesa Isabel.

Além de ser pai de Chico Buarque e Miúcha, o Velho Mestre é a memória viva do país. Fala de nossa História como se tivesse presenciado os fatos passados, conhece personagens dos tempos de colônia como se fossem amigos, parentes e vizinhos. A pergunta "afinal, que País é este?" põe-se a contar casos — verdadeiros casos de família — ocorridos em 1500 e pouco, ou no século 18, ou na semana passada, tudo entrelaçado por análises profundas e simples. E com bom humor. Não bastasse isso escreveu um livro clássico, obrigatório para quem quiser entender melhor o presente e as nossas alternativas de futuro: "Raízes do Brasil". Um livro curto (140 páginas) e substancioso, tão atual que surpreende a data de sua publicação: 1936.

Quem quiser saber que País é este não pode deixar de ler "Raízes do Brasil". Mas esse será apenas o primeiro passo, porque descobrir a resposta é uma tarefa tão complicada quanto este País.

Ler ou ouvir Sérgio Buarque de Holanda faz a História do Brasil ganhar vida e veracidade, sem aquela chatice fantasiosa dos compêndios escolares. Fica clara também a importância deste Mestre na formação cultural de Chico Buarque. As vezes a gente está lendo "Raízes" e vem um samba do Chico na cabeça, como nesta nota de rodapé:

"Corria na Europa, durante o século XVII, a crença de que quem da linha do Equador não existe nenhum pecado: Ultra aequinoxiale non peccari. Barlaeus, que menciona o ditado, comenta-o, dizendo: "Como se a linha que divide o mundo em dois hemisférios também separasse a virtude do vício".

Frevo de Chico Buarque para a peça "Calabar":

"Não existe pecado do lado de baixo do Equador. Vamos fazer um pecado, safado, debaixo do meu cobertor..."

"Raízes do Brasil" exerceu também grande influência sobre outras gerações, inclusive alguns dos velhos mais interessantes deste país, na faixa dos 60 anos.

Antônio Cândido dá seu testemunho, escrito em 1967:

"Os homens que estão hoje um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termo de passado e em função de três livros: Casa-Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior".

"Raízes do Brasil", um dos "três livros-chave" dessa geração apareceu nas livrarias quando o autor tinha 34 anos, nas vésperas do Estado Novo. Era uma visão anticonvencional, inédita até então na historiografia brasileira e obedecia ao seguinte postulado, definido por Antônio Cândido: "O conhecimento do passado deve estar vinculado aos problemas do presente". E esses problemas continuam, daí a atualidade de "Raízes do Brasil".

Quando disse isso a Sérgio Buarque ele discordou (aliás, ele discorda de quase tudo que a gente diz, seu raciocínio é dialético, nega afirmando e afirma negando). Apesar de não renegar nada do livro, não o escreveria hoje do mesmo jeito. Por exemplo na parte inicial não se deteria muito na análise e interpretação de nossas raízes ibéricas, porque essas origens já estão mais distantes do que na época em que escreveu. Mas no final do livro apontou pelo menos um trecho que ainda considera atual, quando convida o leitor a meditar sobre as palavras de um viajante estrangeiro que por aqui passou ainda no tempo da monarquia, o naturalista norte-americano Herbert Smith (citar relatos e impressões de viajantes estrangeiros é um recurso frequente das exposições escritas e faladas de Sérgio Buarque de Holanda):

De uma revolução é talvez o que precisa a América do Sul. Não de uma revolução horizontal, simples remoinho de contendas políticas, que servem para atropelar algumas centenas ou milhares de pessoas menos afortunadas. O mundo está farto de tais movimentos. O ideal seria uma boa e honesta revolução, uma revolução vertical e que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes" ("Do Rio de Janeiro a Cuiabá", escrito em 1885).

Esse capítulo, denominado "Nossa Revolução", demonstra a necessidade histórica de rompermos os laços com a velha sociedade agrária, para inaugurar "um estilo novo", industrial e urbano — um processo que se tornou mais nítido na época da Abolição e que só chegará ao seu termo com a emergência das camadas oprimidas da população brasileira.

Quando procurei Sérgio Buarque para falar das nossas raízes tinha uma lista infindável de perguntas. Mas ouvi-lo aumentou mais ainda o número de questões, e só depois percebi o óbvio: o que ele quer mesmo é que as pessoas se façam perguntas, vendo com mais clareza a nossa história, e que cada um encontre suas próprias respostas. Até o ministro Reis Velloso valeu-se de "Raízes do Brasil" como fonte para seu livro lançado recentemente. A propósito, disse Sérgio Buarque brincando:

— Só vou comprar o livro dele se fala mal do meu, se fala bem não interessa.

Fui até a casa do historiador levando "Raízes do Brasil" debaixo do braço, falando com entusiasmo do livro e querendo saber que país é este. Ele tem sido muito requisitado ultimamente, para escrever prefácios e artigos, participar de debates e assinar manifestos pela anistia. Num mesmo dia ele tinha que concluir um artigo pedido por Cláudio Abramo para a revista "Leia Livros", e encontrar-se à noite com Mário Lago (o artigo, intitulado "Um Precursor", que sairá no número 1 do tablóide, é sobre Alberto Torres, um intelectual do século passado que inspirou os integralistas e que já propunha, em outras palavras, a democracia relativa, o senador biônico e o casuismo). Mesmo com pouco tempo disponível, o professor me recebeu para uma conversa que se prolongou por três horas. Depois de jantar com a mulher (dona Maria Amélia) e dois de seus sete filhos (Alvaro, advogado, e Sérgio Filho economista), o sociólogo, historiador e professor aposentado, 75 anos, estava à vontade de tênis-chinelo (o contraforte amassado pelo calcanhar) e, como sempre, segurava a caixinha de plástico transparente, cheia de cigarros Gauloise (ele fuma bastante).

Bastou eu falar em "Raízes do Brasil" e começou a contar um fato que o surpreendeu há poucos dias (e que evidentemente o alegrou): foi convidado para uma tarde de autógrafos de uma editora japonesa, na avenida Liberdade, que traduziu e lançou alguns autores brasileiros no Japão, in-

clusive "Raízes do Brasil", já em segunda edição: Sérgio Buarque nem sabia que a primeira edição em língua japonesa havia sido lançada em 1971. A mesma editora publicou também Caio Prado Jr., Roberto Campos, Lygia Fagundes Telles e outros, e prepara a tradução de "Visão do Paraíso", que talvez seja o trabalho mais importante de Sérgio Buarque de Holanda como historiador (o subtítulo desse livro dá uma idéia de seu conteúdo: "Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil").

Um detalhe sobre a edição japonesa de "Raízes do Brasil" o empolgou:

— A capa é lavável, você pode lavar com água e sabão. Este exemplar tinha uma mancha de caneta esferográfica que foi limpa com um pano!

Lindos os caracteres japoneses impressos no papel, e o autor não está nem um pouco interessado em saber se a tradução foi correta, aliás como saber? Uma coisa é certa: a leitura deve ser feita de trás para diante.

O velho professor vai contando histórias a qualquer pretexto e assim foi difícil entrar direto no assunto. Basicamente eu queria saber o que foi feito do brasileiro "cordial" nesses últimos 14 anos. Mas antes ele falou das edições de seu livro (agora está na 11.ª, que teve 12 mil exemplares, enquanto a tiragem das edições anteriores ficava entre 5 e 6 mil exemplares. Orgulha-se disso: "É uma tiragem normal para romance, não para um livro como esse") e chamou a atenção para as cores usadas na capa (já foi verde, cinza, cor de rosa e a atual é vermelha).

A 4.ª edição tem uma história interessante: foi publicada pela Editora da Universidade de Brasília e fazia parte da primeira de uma série de coleções que iriam ser lançadas pelo Ministério da Educação e Cultura no tempo em que o ministro era Darcy Ribeiro. Cinquenta livros seriam publicados em coleções de 10 em 10, com papel importado da Suécia que havia custado muito barato. O projeto editorial tinha o nome da "Biblioteca Básica Brasileira". "Era muito mais que básica — explica Sérgio Buarque — mas com a Revolução de 64 parou aquilo". Mesmo assim a 4.ª edição de "Raízes do Brasil" acabou saindo em 65, como parte da primeira e única coleção do projeto frustrado.

Depois dessa e de outras histórias sobre as edições do livro, tento entrar com minhas perguntas, lembrando a série de matérias que "Folhetim" vem fazendo sobre história e cultura brasileiras, e que se iniciou com o debate em torno do livro de Carlos Guilherme Mota, "Ideologia da Cultura Brasileira" ("Folhetim" n.º 63), ele aproveita a deixa e conta esta:

— "Carlos Guilherme Mota, o Ibrahim Sued da esquerda festiva". Foi o Fernando Henrique Cardoso que falou isso uma vez aqui em casa, mas no Rio disseram que fui eu que inventei. Encontrei o Darcy Ribeiro lá no Rio e ele: "Me disseram que você inventou uma formidável sobre o Mota..." Mas não fui eu! Foi o Fernando Henrique que espalhou que fui eu.

Sérgio Buarque achou que o livro de Mota "é todo desigual, muito cheio de coisas, parece que uma está encaixada na outra". E contou que escreveu um artigo sobre Mota no extinto "Suplemento Literário" de "O Estado de S. Paulo", intitulado "A doença infantil da historiografia".

Já a matéria "O Autoritarismo", que saiu no número seguinte do "Folhetim" (64), deu-lhe margem para falar meia hora sobre suas viagens ao exterior, demonstrando que a expressão "você sabe com quem está falando?" (analisada naquela matéria) é mesmo típica do brasileiro (só encontrou na Espanha), enquanto o oposto dela, o "jeitinho", já "é uma coisa universal, não só brasileira, e varia só a forma do jeitinho". E aí ele dá exemplos minuciosos vividos na Itália, França, Suíça e Estados Unidos:

— ... Outro que tem "jeitinho" é o americano, só que o americano tem um "jeitinho" diferente. Ele nega primeiro. Ele diz: "Ah, não é possível, absolutamente não se pode fazer isso". Daí você insiste, ele fala: "Bom, mas se fizer isso assim..."

E aqui o professor conta uma dificuldade que teve com o imposto de renda de lá depois de ter lecionado em três universidades americanas. Precisava viajar para a Europa e não tinha jeito até que surgiu um "jeitinho". Mas a melhor história foi a do "sabe com quem está falando", vivida na Espanha:

— É o anti—"jeitinho". Foi uma vez que fui de Lisboa para Madri. Eu conhecia mal a Espanha, só Madri. Então naquela vez passei um dia em Toledo, queria conhecer as coisas antigas da cidade, que têm influência gótica e dos mouros. El Greco trabalhou lá. Aluguei um táxi por mil pesetas e passei o dia inteiro em Toledo. Tinha um Greco na sacristia da catedral de Toledo; não era dos mais importantes mas eu queria ver. No guia estava escrito que se compravam tickets até as 5 e meia, na entrada da igreja. Eu dizia para o chofer "a igreja é essa aqui", ele "não é, eu conheço Toledo", e eu "não, mas eu conheço a igreja pelo retrato". Ele deu voltas e acabou naquela igreja mesmo, mas o homem que vendia tickets já tinha ido embora. Achei que não tinha importância e pensei: "me vêm entrar e resolvem esse problema". Fui para a sacristia e logo na entrada da sacristia veio a pergunta: "Tiene ticket?" E eu vendo o quadro de longe. Eu disse: "Não, mas eu pago, se for preciso eu pago mais até". "No, si no tiene ticket no entra". Insisti, enquanto olhava para o quadro, sem ver direito porque sou miopo. E ele: "No puede ver!" "Mas como não pode olhar, fica aberto até 10 da noite, eu posso olhar quanto quiser!" "No puede ver" Então ele foi lá e apagou a luz. Esse é o anti—"jeitinho", não queria nem que eu olhasse... Na Itália isso não acontecia em hipótese nenhuma. O sujeito deixava entrar, ou a gente pagava um tanto... Agora, eu acho que um país onde não tem "jeitinho" é na Suíça..."

E conta um episódio que viveu no trem, da Itália para a Suíça, para demonstrar que "os suíços são meio quadrados, meio limitados, não têm imaginação". Depois de muitas gargalhadas finalmente encontro uma brecha para lançar uma das minhas questões. Pergundo se hoje já seria possível definir alguns traços característicos do brasileiro contemporâneo, se já nos livramos das raízes ibéricas e adquirimos uma personalidade própria. Ele responde que é difícil definir isso, "primeiro porque os traços mudam" com o desenrolar da História em cada região. Por exemplo:

— Um irlandês que morou em São Paulo no início do século dizia que preferia

morar aqui e não no Rio, porque em São Paulo havia muitos poetas, principalmente na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, enquanto no Rio se trabalhava muito. "Os paulistas são mais poetas e idealistas" — o contrário do que se diz hoje numa comparação entre os dois Estados.

E, para demonstrar que as mudanças históricas transformam o caráter e a maneira de agir das pessoas, lembra de dois ingleses que cita em seu livro:

"Em 1664, Thomas Mun censurava nos seus compatriotas a imprevidência, o gosto da dissipação inútil, o amor desregrado aos prazeres e ao luxo, a ociosidade impúdica "contrária à lei de Deus e aos usos das demais nações", e atribuía a tais vícios sua impossibilidade de medir-se seriamente com os holandeses. Conceitos semelhantes a esses volta a exprimir, em nossos dias, esse bom conhecedor e historiador do caráter inglês que é William Ralph Inge... (que) observa em livro (publicado em 1933)... que o "inglês médio não tem presentemente nenhum gosto pela diligência infatigável, laboriosa dos alemães, ou pela frugalidade parcimoniosa dos franceses". E acrescenta...: "A

aposta às regras chamadas, e não por acaso, de civilidade e urbanidade".)

— ...Eu acho também — continua o professor — que é um pouco anti-histórico isso, de estabelecer uma espécie de categoria que não sai daquilo. Tudo muda muito, São Paulo já foi uma cidade italiana, no início do século. Eu era menino e a gente ia pro centro da cidade e só se ouvia falar em italiano. E antes, em 1897, em São Paulo tinha mais italiano que brasileiro...

Enquanto lia "Raízes do Brasil" foi se formando na minha imaginação um retrato do brasileiro mais ou menos nítido, durante a Colônia e o Império, mas o último capítulo do livro destruiu o meu retrato, que era assim:

Primeiro herdamos a "sobranceria" dos povos ibéricos, o personalismo, a falta de coesão social, a repulsa pelo trabalho regular ("O ócio importa mais que o negócio"), a fidalguia ("Em terra onde todos são barões...") e, em contrapartida, o autoritarismo para manter a ordem (como a obediência cega exigida pelos jesuítas). Especificamente do português herdamos o espírito realista e prudente, mas aventureiro, que busca

mento... a mediana e boa proporção seria a de seiscentos pés de comprimento por quatrocentos de largo..."

Já a urbanização portuguesa no Brasil parecia obra de um sementeiro, que faz seu trabalho com desleixo e certa liberdade, como comprova a queixa feita pelo primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, em carta dirigida a el-rei no dia 1 de junho de 1553:

"... estas duas vilas de São Vicente e Santos não estão cercadas e as casas de tal maneira espalhadas que se não podem cercar senão com muito trabalho e perda dos moradores, porque tem casas de pedra e cal e grandes quintais e tudo feito em desordem..."

Na Bahia também: "Na própria Bahia, o maior centro urbano da colônia, um viajante do princípio do século XVIII notava que as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Tudo ali era irregular, de modo que a praça principal, onde se erguia o Palácio dos Vice-Reis, parecia estar só por acaso no seu lugar".

O português foi se transformando em brasileiro, durante a Colônia e o Império, e nessa época poderia oferecer ao mundo seu traço mais característico, o "homem cordial". Aqui a palavra "cordial" não está empregada no sentido de "cordiais saudações" — o professor insiste nisso tanto no livro como quando fala no assunto, porque já foi mal interpretado. Trata-se da cordialidade entre familiares, a paixão que pode ser afetuosa ou arbitrária (diferente, por exemplo, da polidez típica do japonês). O homem cordial é individualista e atua através de relações de simpatia, o que é incompatível com as relações impessoais do Estado moderno e com as necessidades de organização da vida urbana.

Uma das consequências desse comportamento familiar e rural é que "a democracia no Brasil foi sempre um iamentável mal-entendido". No século passado nossos intelectuais exibiam um liberalismo de fachada e mesmo as reformas, como a Independência e a República, "partiram quase sempre de cima para baixo". Um "documento flagrante" disso, citado no livro, é a carta de Aristides Lobo sobre o 15 de Novembro: "Por ora a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a



A Abolição marca o fim do predomínio...

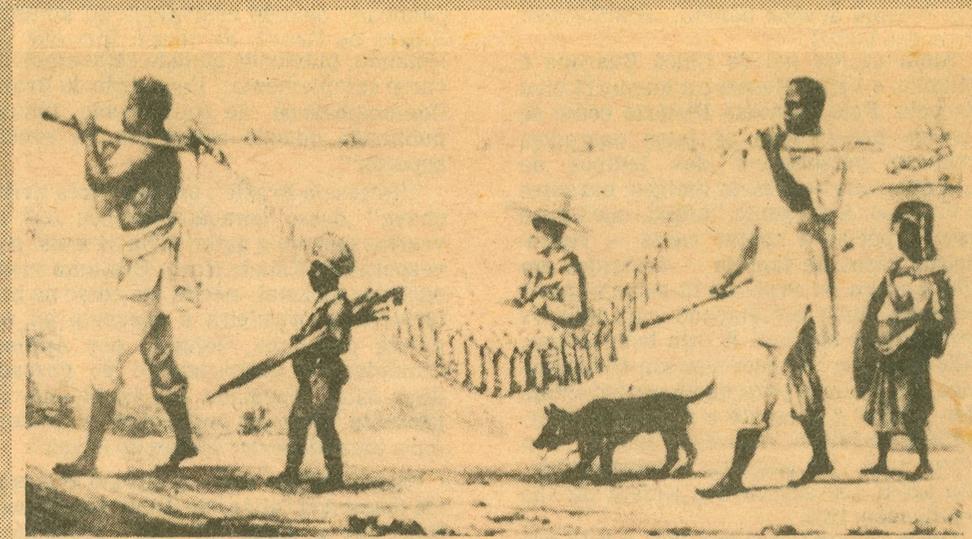
indolência é vício que partilhamos com os naturais de algumas terras quentes, mas não com qualquer outro povo do Norte da Europa".

E no entanto os ingleses fizeram a revolução industrial, ganharam a fama de "industriosos", possuidores de um extremo senso da economia — justamente o contrário de seus traços tradicionais. O fato é que, explica Sérgio Buarque, "o inglês mudou, deixou de ser aquilo" e assim foi possível empreender um poderoso surto industrial. Mas não mudou definitivamente, concluiu eu. E a industrialização paulista estaria provocando uma mudança semelhante nos traços ibéricos do nosso comportamento?

— Pode ser — responde o professor — mas é uma coisa local, porque é uma parte pequena do Brasil. O Norte está fora disso. E eu não sei se todos os países têm uma revolução correspondente. Podemos ter uma revolução industrial sem os mesmos requisitos que tiveram na Inglaterra. As estruturas sociais são diferentes... Os traços que aponte (em "Raízes do Brasil") são mais de caráter rural, como a tendência para o emprego de diminutivos, traço encontrado também em regiões rurais da Espanha...

(No livro, é analisado assim o "nosso pendor acentuado para o emprego dos diminutivos":

"A terminação "inho", aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração... No Brasil, onde esse traço persiste, mesmo nos meios mais fortemente atingidos pela urbanização progressiva, sua presença pode denotar uma lembrança e um survival, entre tantos outros, dos estilos de convivência humana plasmados pelo ambiente rural e patriarcal, cuja marca o cosmopolitismo dos nossos dias ainda não conseguiu apagar. Pode-se dizer que é um traço nítido da atitude "cordial", indiferente ou, de algum modo,



... agrário, mas essa nossa única e verdadeira revolução ainda não se completou.

riquezas imediatas (diferente do holandês, mais trabalhador), o desleixo (uma palavra tão própria do português quanto "saude"), a capacidade de adaptação (inclusive adotando a agricultura primitiva e predatória do índio), a submissão à influência amolecedora do escravo" e outros traços.

(O desleixo do português, o "deixar estar" por exemplo, é discutido no capítulo "O Sementeiro e o Ladrilhador". O espanhol é o "ladrilhador", conduziu a colonização na América com "zelo urbanístico", houve ali um "triunfo completo da linha reta". Diz o texto, citando a legislação de Castela:

"A construção da cidade começaria sempre pela chamada praça maior... A forma da praça seria a de um quadrilátero, cuja largura correspondesse pelo menos a dois terços do comprimento, de modo que, em dias de festa, nelas pudessem correr cavalos. Em tamanho, seria proporcional ao número de vizinhos e, tendo-se em conta que as povoações podem aumentar, não mediria menos de duzentos pés de largura por trezentos de compri-

colaboração de elemento civil foi quase nula. O povo assistiu aquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava".

No último capítulo chego à conclusão que esse modo de ser é inviável, precisamos destruir as raízes ibéricas da nossa sociedade, em direção a "um novo sistema, com seu centro de gravidade não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos". Isso foi escrito há mais de 40 anos, hoje 65% da população brasileira vivem em regiões urbanas, mas a exportação de produtos agrícolas ainda é o forte da nossa economia. Entendo então que hoje a nossa situação é outra mas que no fundo continuamos na mesma.

O professor Sérgio Buarque de Holanda responde pacientemente às minhas indagações, em seu estilo peculiar:

— A nossa formação urbana, a cidade, praticamente foi dependência do campo, né? Em São Paulo, por exemplo, a casa importante era o sítio da roça. Na cidade só tinha uma casa quando o fazendeiro vinha pra São Paulo. Aqui tinha os tabuleiros, as igrejas... Você vê, tem o título eleitoral hoje, não vale nada porque a gen-

te não vota, mas tem que ter o título eleitoral, inclusive pra fazer viagens. Naquele tempo não tinha o título eleitoral mas tinha a "desobriga". Era a confissão e a comunhão da Quaresma, o sujeito tinha que fazer uma vez por ano. A "desobriga" era a prova que ele tinha confessado e comungado. Então eles moravam no sítio e iam para a cidade se "desobrigar" dessa obrigação. Se o sujeito não tivesse a "desobriga" era suspeito de ser judeu, protestante ou pagão. Para qualquer ato tinha que ter a desobriga... Agora, a vida mesma era fora da cidade. Mas isso vai mudando no fim do século 18, início do século 19; começam as cidades a se desenvolver, tornam-se maiores...

E conta que os comerciantes, antes desprezados, passam a ganhar títulos de nobreza. Já no ministério de D. Pedro I, quase todos os ministros eram do comércio, com exceção do Marquês de Olinda, o Visconde Albuquerque e o Marquês de Barbacena — senhores de engenho que mudaram para a cidade. O Marquês de Barbacena, por exemplo, era general, diplomata nascido em Minas de uma família vinculada à exploração de diamantes; com a decadência da mineração mudou-se para a Bahia, onde tinha uma fazenda de açúcar; depois se adaptou aos novos tempos da cidade, casando com a filha de um comerciante, e enriqueceu no comércio.

E as cidades foram crescendo e se modificando:

— O Rio de Janeiro se transformou, o espírito carioca mudou. A população cresceu muito, em Copacabana os sobrados com jardim na frente deram lugar aos arranha-céus, como naquela música do Jobim que a Miúcha cantou no show do Canecão: "Na rua Nascimento Silva 107, de onde antes se via o Cristo Redentor hoje só dá Sérgio Dourado".

Observo que a vida em apartamento distancia os vizinhos e perde-se a cordialidade. Ele concorda: "Pois é, o apartamento é uma máquina de morar". Mais adiante dá a entender que o "homem cordial" ainda sobrevive em parte:

— Mesmo o português é mais cerimonioso do que o brasileiro. trata de "Vossa Excelência". O brasileiro procura logo estabelecer o contato mais íntimo: "você". Uma coisa que o americano estranha é o abraço nosso. Eles apertam a mão, só. Nem isso, parece que eles acabaram com o apertar a mão. Se você chega apertando, os americanos apertam mas por boa educação. Vai ver que alguém disse que mão pode transmitir doença — os americanos são muito preocupados com isso. Normalmente eles nem estendem a mão.

Pergunto se ainda sobrevive a nossa tradicional "repulsa à hierarquia", outro traço decorrente das condições de nossa formação nacional.

(Quase no final do livro, com certo otimismo, ele aponta um dos fatores que poderiam tornar compatíveis o nosso modo de ser e os ideais democráticos, apesar das raízes personalistas e individualistas. Esse fator seria "a repulsa dos povos americanos, descendentes dos colonizadores e da população indígena, por toda hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo"). Esse traço subsiste?

— Esse traço eu acho que subsiste, mas aí o que nós temos hoje é governo militar. E o militarismo tem por força uma base de hierarquia. O Exército vive disso, de modo que a hierarquia se implantou no Brasil em 64... O que sempre existiu no Brasil é que a classe que domina é uma classe muito estreita, pequena — são elementos muito ligados entre si. Essa classe que tem o poder nas mãos é muito exígua, né? Aliás, ela trabalha como se fosse uma família só, a solução tem que ser o conchavo, resolvem tudo de comum acordo.

E passa a falar sobre o militar brasileiro:

— O militar tinha uma situação diferente. Um oficial-militar era quase um nobre. O Caxias — Luis Alves de Lima e Silva —

era cadete desde os 5 anos de idade. Tinha que ser de "quatro costados", quer dizer, até os avós não podia ter sangue de judeu, tinha que ter uma certa linhagem para ser militar. Depois vai mudar isso, por volta de 1850 começam a pagar mal os oficiais, ninguém mais quer ser oficial. A massa de soldados era feita de recrutas caçados quase a laço. Chamavam-se "caçadas humanas", os recrutas não iam por vontade própria, iam caçados. Dizer que militar vem do povo... não, porque isso não é povo, povo não é caçado assim, né, as pessoas fugiam do Exército. Tinha a camada de oficiais, uma camada quase nobre de ascendência, e tinha a camada baixa de recrutas, a ralé da sociedade, que eram caçados a força para serem soldados. O diário de Dom Pedro II conta que ele queria acabar com o castigo das "pranchadas" no Exército. O Duque de Caxias não queria, ele dizia: "Essa gente é a ralé da sociedade", de modo que tinha que ser tratada à pranchadas, pauladas mesmo. Depois aparece um Junqueira, o senador Junqueira, da Bahia, que foi ministro da Guerra do Rio Branco, de 71 a 75, ele acabou com esse castigo da pranchada. E mais tarde o Visconde de Pelotas — general Câmara, vencedor de Solano Lopez, num discurso no Senado fala que esse "foi o pior serviço que já se prestou ao Exército, porque sem a pranchada há indisciplina, essa indisciplina que nós temos aí dos soldados é a falta da pranchada". A



Marinha ainda não havia acabado com a pranchada, isso só ia acontecer muito mais tarde, então o Visconde de Pelotas perguntava "por que o Exército tem que acabar com esse castigo?"

Mais adiante o historiador volta ao presente:

— Eles têm que arranjar um jeito para justificar o governo duro, aí que veio essa profissionalização do anti-comunismo. Agora, a hierarquia existe de um modo geral em todos os exércitos. O que existe talvez de particular no Brasil é que o Exército tradicionalmente era uma justificativa da nobreza. O nobre era o militar, o nobre tinha que ir pra guerra, enquanto a função da burguesia era o comércio. Quando acaba a nobreza então o militar herda esses atributos, aquela psicologia da nobreza, ele quer ter todas as características da nobreza, então não tem mais limites a ambição de subir. No Brasil, a não ser no começo e com algumas exceções, como Caxias e Barbacena, o militar não vem de casta nobre, aí por isso mesmo ele exagera esses atributos.

Já passava da meia-noite e o professor começou a desenvolver outro tópico: a história das eleições no Brasil. Esse assunto voltou a ser falado em outro dia, numa nova perspectiva mas respondendo à mesma questão: que país é este?

— O Brasil criou várias singularidades: a democracia relativa, o senador biônico, o pacote de abril...

Nesse dia o professor estava mais objetivo e menos barroco. Na primeira aula, digo, no dia anterior, ele havia demonstrado que definir os traços do brasileiro é

uma atividade anti-histórica, porque os fatos culturais são mutáveis. Mas desta vez ele acrescentou: "Os fatos políticos é que mostram as singularidades de um país, porque ficam registrados". Então, quais são as criações brasileiras, ao nível político?

— A democracia relativa, por exemplo. A lei não pode ser relativa. Na prática a democracia é relativa mesmo nos países mais democráticos, como na Suíça, mas isso é um vício. "Todo poder emana do povo" é uma verdade absoluta, se não é cumprida trata-se de um vício do sistema. Não se pode transformar um vício em lei.

E o pacote de abril?

— Já houve outro pacote de abril, no dia 7 de abril de 1831 (abdicação do imperador D. Pedro I), mas bem diferente desse último (reforma política decretada em 14 de abril de 1977). O primeiro foi feito pelo povo para expulsar o soberano. E esse pacote de agora foi feito pelos atuais soberanos para expulsar o povo e manterem-se donos da situação.

E o senador biônico?

— Hoje os governadores e os senadores biônicos são escolhidos por uma cabala, não se pode nem dizer que seja uma minoria. A decisão do presidente é que prevalece, a exceção foi a escolha do governador de São Paulo que, parece, ganhou o Figueiredo.

Já que Sérgio Buarque falou no futuro presidente deste país, cabe aqui um

com a Revolução de 64. Ouçamos o professor:

— O voto do analfabeto tinha desde a Colônia, nas eleições municipais. O analfabeto assinalava com uma cruz o livro de presença e pedia para um amigo votar por ele. Este escrevia o nome do votado numa bolinha chamada "pelota". Na hora da apuração era sempre uma criança que tirava as pelotas do saco (a urna de então). Mais tarde, no Império, a Constituição de 1824 garantia o voto para toda a população ativa, inclusive ex-escravos. Só não votavam escravos e frades, porque era o critério de independência pessoal que prevalecia para definir o eleitor: o escravo dependia do senhor e o frade da Igreja. Essa Constituição exigia que o eleitor tivesse uma renda mínima de 100 mil réis por ano, o que era pouco, só o mendigo indigente não tinha essa renda. Era praticamente um sufrágio universal. Nessa época as eleições eram chamadas de "paroquiais", porque se realizavam dentro de igrejas. E eram indiretas, mas no primeiro turno votava toda a massa da população ativa: o votante escolhia o eleitor e este o senador. Os três senadores mais votados eram indicados para o imperador que, em geral, escolhia o primeiro da lista triplíce ou de acordo com o partido que estivesse no poder (havia o Partido Liberal e o Partido Conservador). O eleitorado começou a diminuir, relativamente, com a Lei Saraiva, de 1880.



"NO BRASIL A CLASSE QUE DOMINA É PEQUENA E ATUA COMO UMA SÓ FAMÍLIA, NA BASE DO CONCHAVO"

parênteses. Numa de suas primeiras entrevistas (para a revista "Isto É"), o general disse que admirava Chico Buarque como compositor mas não compreendia por que o músico pode entender de política e o militar não. E para provar que também é um intelectual, o general revelou que conhece bem Matemática. Quanto a isso, Sérgio Buarque de Holanda fez a seguinte observação:

— O general Figueiredo deve conhecer bem a geometria euclidiana, mas o mundo de hoje não é mais euclidiano. Depois de Euclides outras geometrias foram criadas. O mundo de hoje é "o mundo do não", como disse muito bem o professor Antônio Cândido em palestra recente.

Em seguida pediu para eu anotar uma ressalva:

— Isso que eu disse não envolve crítica nenhuma ao pai do general João Baptista Figueiredo, não vai nenhum desapareço à figura do general Euclides Figueiredo, com quem eu tinha boas relações. Eu o conheci pessoalmente e me dou bem com seu outro filho, o escritor Guilherme Figueiredo. Agora, eu notei uma coisa: o Euclides Figueiredo era coronel na revolução constitucionalista, e esse Figueiredo (o João Baptista) já tem quatro estrelas antes mesmo de ser presidente da República. Acho que nisso ele não seguiu muito o pai.

Voltando às singularidades políticas do Brasil, a mais chocante, no entender de Sérgio Buarque de Holanda, é a história dos nossos sistemas eleitorais: nos tempos de Colônia o eleitorado era relativamente grande, mas foi diminuindo proporcionalmente ao crescimento da população, o que em parte foi corrigido depois da Revolução de 1930 e novamente agravado

Nessa época votavam um milhão e meio dos 12 milhões de habitantes. Com a Lei Saraiva, que elevou o nível de renda mínima exigido do eleitor e que ainda passou a exigir prova de renda — o que era mais difícil de ser obtido —, o eleitorado baixou para 1,5% do total da população e, na prática, votavam menos de 1%. Em 1889, no ano da República, um livreto de propaganda de uma exposição brasileira em Paris dizia que "o Brasil é um dos países de menor eleitorado do mundo". Em 1891 a Constituição republicana extinguiu o voto do analfabeto.

Foi assim até 1930, daí começa a aumentar o número de eleitores:

— O voto feminino dobra o eleitorado, uma medida propriamente progressista mas de iniciativa da Liga Católica, que achou que as mulheres eram mais devotas que os homens. Depois o voto secreto trouxe uma massa que antes não votava. Aí veio o freio, através de várias tentativas e a mais forte foi em 64, por causa desse aumento de eleitorado. Os resultados das eleições tornaram-se imprevisíveis, por isso acabaram com o voto direto... Hoje São Paulo tem, proporcionalmente, menos deputados que muitos Estados menores. O Estado líder da nação virou o Piauí! Estão aí o Velloso, Petrônio Portela, Francelino. O Piauí hoje é a locomotiva do país.

Que país é este!

Essa exclamação já tinha sido feita, implicitamente, por Herbert Smith (um dos viajantes citados em "Raízes do Brasil", quando advertiu no século passado:

"Lembrai-vos de que os brasileiros estão hoje expiando os erros dos seus pais, tanto quanto os próprios erros. A sociedade foi mal formada nesta terra, desde as suas raízes".